



A FORMAÇÃO DE PROFESSORES NO CONTEXTO DA SOCIEDADE NEOLIBERAL

TEACHER TRAINING IN THE CONTEXT OF NEOLIBERAL SOCIETY

FORMACIÓN DE PROFESORES EN EL CONTEXTO DE LA SOCIEDAD NEOLIBERAL

Lucas Mellini Faleiros

E-mail: prof.lucasfaleiros@gmail.com

Universidade Federal do Triângulo Mineiro - UFTM

RESUMO

Este artigo é resultado de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo, em que contextualizo a história da formação docente com base em autores como Barreto (2015), Saviani (2005) e Tanuri (2000) e utilizo o levantamento de produção científica publicada nos últimos 5 anos e disponível no Portal de Periódicos da CAPES, a fim de analisar a atual produção científica acerca da formação docente no contexto da sociedade neoliberal. Como resultados, pude constatar a unânime crítica contra as políticas neoliberais na educação, responsáveis por fenômenos como: aligeiramento, precarização e tecnificação da formação de professores, em defesa do capital e da reprodução das desigualdades sociais.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. Neoliberalismo. Formação Docente.

ABSTRACT

This article is the result of qualitative bibliographic research, in which I briefly contextualize the history of teacher education based on authors such as Barreto (2015), Saviani (2005), and Tanuri (2000) and use the survey of scientific production published in the last 5 years and available on the CAPES Journal Portal, to analyze the current scientific production on teacher training in the context of neoliberal society. As a result, I could see the unanimous criticism against neoliberal policies in education, responsible for phenomena such as: streamlining, precariousness, and technification of teacher education, in defense of capital and the reproduction of social inequalities.

KEYWORDS: Education. Neoliberalism. Teacher Training.

RESUMEN

Este artículo es el resultado de una investigación bibliográfica cualitativa, en la que contextualizo brevemente la historia de la formación docente a partir de autores como Barreto (2015), Saviani (2005) y Tanuri (2000) y utilizo la recopilación de producción científica publicada en los últimos 5 años y disponible en el Portal de Revistas CAPES, con el fin de analizar la producción científica actual sobre la formación docente en el contexto de la sociedad neoliberal. Como resultado, pude ver la crítica unánime a las políticas neoliberales en educación, responsables de fenómenos como: racionalización, precariedad y tecnificación de la formación de profesores, en defensa del capital y reproducción de las desigualdades sociales.

PALABRAS-CLAVE: Educación. Neoliberalismo. Formación Docente.

INTRODUÇÃO

A formação docente ocupa um lugar muito importante no nível superior de educação. Isso porque a necessidade de formar profissionais para atuarem no ensino básico é grande e acompanha a crescente demanda de oferta de educação como um direito à população (BARRETO, 2015).

Esse tem sido um tema de amplos debates no meio acadêmico, já que discutir qual professor queremos formar é de fundamental importância para o futuro da escola básica. Desde o final do século passado, é notório o esforço para se formar uma grande quantidade de professores, mesmo que pela iniciativa privada, com predominância dos cursos à distância.

O que se coloca em questão em diversas pesquisas é refletir de maneira crítica se esses esforços de formação são condizentes com a realidade da escola básica. É preciso sempre questionar qual é a concepção de formação entendida pelos cursos que preparam os professores para lecionar e se ela atende às necessidades sociais, econômicas e culturais do ambiente escolar.

Essa reflexão pedagógica necessariamente passa pela consciência de onde estamos enquanto sociedade, marcada pelo capitalismo neoliberal (COIMBRA; SOUSA, 2017). A educação não é um fenômeno neutro, e pode ser tanto uma ferramenta de dominação para reprodução das estruturas sociais, como também, em contraposição, um meio para atingir a liberdade (FREIRE, 2020).

Cabe destacar que a busca por uma educação que liberte e forme sujeitos autônomos e problematizadores demanda a resistir e se mobilizar, frente ao modelo neoliberal de formação.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela. Luta que, pela finalidade que lhe derem os oprimidos, será um ato de amor, com o qual se oporão ao desamor contido na violência dos opressores, até mesmo quando esta se revista da falsa generosidade referida. (FREIRE, 2020, p. 42-43)

Sendo assim, a literatura já publicada compreende discussões voltadas para a formação inicial e/ou continuada. Os estudos costumam abordar aspectos como: identidade do(a) professor(a), currículo, desvalorização da profissão, políticas públicas de formação, relação teoria-prática, e relação universidade-escola.

De acordo com Vosgerau e Romanowski (2014), a quantidade de pesquisas na área de educação cresceu de forma expressiva a partir de 1965, resultado da consolidação dos programas de pós-graduação e grupos de pesquisa. Diante disso, os autores apoiam a necessidade de estudos de revisão de literatura, importantes para mapear dados obtidos por terceiros, analisá-los de forma crítica, propor diálogos, e também por oportunizar o encontro de lacunas, possíveis novas investigações.

Como a política neoliberal tem afetado a formação docente, especificamente nos últimos 5 anos? Para responder à questão, a presente pesquisa bibliográfica tem o objetivo de investigar, por meio de uma revisão da literatura atual, como o neoliberalismo tem se mostrado presente e interferido na formação de professores do país.

De início, contextualizo a história da formação docente. Em um segundo momento, descrevo a metodologia que tornou minha pesquisa possível e logo após, analiso e discuto os resultados, encerrando com minhas considerações finais. O trabalho teve seus fundamentos teóricos apoiados nas concepções de Barreto (2015); Freire (2020); Saviani (2005); Tanuri (2000), entre outros.

REFERENCIAL TEÓRICO

A formação de professores no Brasil teve seu início e ganhou importância pública com a necessidade de instruir a população para exercer cidadania e entrar no mercado de trabalho (SAVIANI, 2005). As primeiras instituições encarregadas pela formação docente foram as Escolas Normais, inspiradas em modelos europeus após a Revolução Francesa (1789-1799).

Para Tanuri (2000, p. 63), “as primeiras iniciativas pertinentes à criação de escolas normais coincidem com a hegemonia do grupo conservador, resultando das ações por ele desenvolvidas para consolidar sua supremacia e impor seu projeto político.” Logo, é importante ressaltar que esses primeiros movimentos preocupados em formar professores nascem intrincados na preocupação de reproduzir uma estrutura socioeconômica desigual, o que é possível confirmar analisando seu currículo de formação.

As escolas normais possuíam um currículo tecnicista, tradicional e conservador. É possível dizer que a concepção de formação docente adotada por essas instituições era muito marcada pela dimensão prática, preparando os futuros professores para o método. Com organização didática muito simples, essas instituições, em sua grande maioria, não tinham a preocupação de formar educadores para um ensino transformador do meio social.

Com os trabalhos de Saviani (2005) e Tanuri (2000), percebemos, na história da formação docente, as inúmeras transformações e descontinuidades nos currículos e modelos organizacionais das Escolas Normais. Em contrapartida às tentativas de melhoria da formação, essa acabou sendo, de maneira geral, marcada por um currículo prático e tecnicista.

No início da década de 80, durante a ditadura militar (1964-1985), o modelo de escola normal foi descaracterizado e instituída a chamada “Habilitação Específica para o Magistério”. Esse modelo configurou um retrocesso nos avanços anteriores das escolas normais “esvaziando-se a habilitação em termos de conteúdo pedagógico consistente” (TANURI, 2000, p. 81). Na época, muitas pesquisas, já pertencentes às teorias críticas educacionais e preocupadas com o viés social da educação, criticaram duramente a HEM, na medida em que ela reforçava questões como a separação entre teoria e prática, além de possuírem quadro docente inadequado e currículos fracos e descontextualizados.

Alguns anos após a ditadura militar, houve a criação e implementação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996, como um acontecimento de grande relevância na trajetória da educação. O ensino superior passou a ser obrigatório para lecionar na escola básica (cursos de pedagogia e licenciaturas), além da consolidação da educação a distância (EaD), que acarretou grande expansão da formação docente no país (BARRETO, 2015).

Contudo, o crescimento do número de cursos na área de formação de professores não pode ser entendido diretamente como sinônimo de melhoria na educação, já que a necessidade de repensar as propostas e currículos formativos (precários e tecnicistas) sob novos moldes é consenso na literatura científica.

A partir dessa breve contextualização, podemos constatar que a trajetória da formação de professores no país é um processo extremamente complexo e que contém avanços e retrocessos, marcados por embates e lutas político-ideológicas. Um verdadeiro embate entre um Estado, que não se responsabiliza de maneira efetiva pela formação de professores e deixa muito a cargo da iniciativa privada, e professores que atuam resistindo aos retrocessos e precariedades.

MÉTODOS

Esse trabalho é o relatório fruto de uma pesquisa bibliográfica (GIL, 2002), que buscou dados através de revisão de literatura, analisando 5 obras publicadas e disponíveis na base de

dados Portal de Periódicos da CAPES, com um recorte temporal de 5 anos atrás (2016-2021) e utilizando as palavras-chave: formação de professores e neoliberalismo.

Conforme Gil (2002, p. 44), “A Pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.”. Para o autor, esse tipo de pesquisa demanda que o pesquisador cumpra com as seguintes etapas:

- Escolha do tema;
- Levantamento bibliográfico preliminar;
- Formulação do problema;
- Elaboração do plano provisório de assunto;
- Busca das fontes;
- Leitura do material;
- Fichamento;
- Organização lógica do assunto;
- Redação do texto;

Segundo Vosgerau e Romanowski (2014, p. 170), os estudos de revisão “são necessários e fundamentais para sintetizar, avaliar e apontar tendências, mas principalmente para indicar os pontos de fragilidade de modo a favorecer a análise crítica sobre o acumulado da área.”

No quadro 1, estão relacionadas as publicações científicas obtidas no Portal de Periódicos da CAPES.

Quadro 1. Publicações científicas levantadas no Portal de Periódicos da CAPES

Título da publicação	Autores	Periódico (vol, nº, pág, ano)	Objetivo Geral
A educação escolar e a formação humana em tempos de neoliberalismo: reflexões sobre a formação do professor	COIMBR; SOUSA, 2017	Revista HISTEDBR On-line, Campinas, v.17, n.3, p. 861-885, jul/set. 2017.	Analisar a formação humana e, mais especificamente, a formação dos professores no contexto da sociedade capitalista neoliberal.
O avanço do projeto neoliberal nas diretrizes para a formação de	FELIPE; CUNHA;	Revista Práxis Educacional. v.	Analisar a reestruturação da formação docente no Brasil a partir da Resolução CNE/CP nº 2/2019, que define as

professores no Brasil	BRITO, 2021	17, n. 46, p. 1-25, jul/set. 2021.	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica.
Formação Inicial de professores de geografia: aspectos estruturais para permanência e atuação na Escola Básica. Revista do centro de ciências da educação	ARAUJO JUNIOR, 2018	Perspectiva: revista do centro de ciências da educação. V. 36, n. 4, p. 1149-1168, out/dez. 2018.	Descrever, compreender e analisar a formação socioeconômica catarinense após a introdução de políticas neoliberais implementadas nos anos 1990 e interpretar como que se dá a formação de professores e o ensino de Geografia no estado, particularmente na Universidade Federal de Santa Catarina.
Formação de professores no contexto neoliberal	RIBEIRO; NUNES, 2018	Colloquium Humanarum, Presidente Prudente, v. 15, n. 4, p.57-71, out/dez 2018.	“Analisar a formação de professores, levando em consideração as conquistas desta categoria no que se refere aos direitos que lhe foram assegurados pela lei, bem como as estratégias que estas mesmas leis abarcam de prevalência dos interesses neoliberais.”
Política de formação de professores: ingerência dos organismos Internacionais no Brasil a partir da década de 1990	FLORENCIO; FIALHO; ALMEIDA, 2017	HOLOS, v. 05, n.33, p. 303-312, 2017.	Analisar as atuais concepções sobre a formação docente brasileira, tendo como mote as reformas educacionais empreendidas a partir da década de 1990, as quais se acredita que foram abalizadas por organismos internacionais.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2021.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da busca de bibliografia científica no Portal de Periódicos da CAPES, 5 trabalhos foram escolhidos para compor a revisão da literatura (ARAÚJO JUNIOR, 2018; COIMBRA, SOUSA, 2017; FELIPE, CUNHA, BRITO, 2021; FLORENCIO, FIALHO, ALMEIDA, 2017; RIBEIRO, NUNES, 2018), os quais abordam, com excelência, questões intrínsecas ao fenômeno das políticas neoliberais na educação.

Araujo Junior (2018), em seu estudo, aponta que em meados da década de 70, com a crise de acumulação do capital, as novas demandas por lucro e produtividade foram decisivas para o fortalecimento de políticas neoliberais na educação. As exigências do capital internacional, valorizando fatores como: alta produtividade individual, redução de custos, busca por inovações e mercado consumidor, acabou por interferir e moldar as práticas educacionais e a formação docente, a fim de preparar cidadãos qualificados para o trabalho.

Dessa forma, a educação passa a ter o viés de atender aos interesses do mercado, ou seja, à demanda do grande capital. O fortalecimento do setor privado educacional e as concepções de professor como alguém que reproduz conhecimentos prontos e que busca inovações a todo momento são reflexos do pensamento neoliberal. Nesse modelo, o tecnicismo pedagógico é valorizado e a solução para os problemas sociais é pensada pela lógica de mercado.

Ao realizar sua pesquisa sobre as reformas educacionais desde a década de 1990, Florencio, Fialho e Almeida (2017) sinalizam a grande interferência de organismos internacionais na educação e na formação docente. Segundo os autores, essas políticas reproduzem fortemente o discurso do professor enquanto sujeito estritamente profissional e que deve atender às demandas da globalização. Pode-se perceber também um aumento expressivo do número de cursos de formação, porém, com curta duração e projetos pedagógicos inadequados (FLORENCIO; FIALHO; ALMEIDA, 2017).

Ribeiro e Nunes (2018), por exemplo, ao analisarem um documento de 2014 divulgado pelo Banco Mundial, intitulado “Professores Excelentes: Como melhorar a aprendizagem dos estudantes na América Latina e no Caribe”, com orientações para a formação de professores excelentes, destacam seu viés de defesa ao sistema do capital, na medida em que o documento critica a atuação de sindicatos dos professores e a considera um empecilho para elevar a qualidade dos docentes.

Ainda para Ribeiro (2018, p. 63), o documento “[...] apresenta claramente uma ideia da escola como empresa que deve ser gerida com foco na produtividade e eficácia dos seus funcionários.” Ademais, seus autores

[...] tratam a sala de aula e a própria escola como uma linha de produção e lhe impõem medidas que informam se a produção está sendo feita segundo as metas estabelecidas, isso sem levar em conta a multiplicidade de fatores que interferem no processo de ensino-aprendizagem e que são diversos de uma instituição para outra e até mesmo dentro da uma pequena escola. (RIBEIRO; NUNES, 2018, p.64).

Podemos perceber então que a ideia de escola enquanto uma empresa foi instaurada desde o final do século passado e continua ganhando força a partir dos organismos internacionais. Essa é a concepção que desumaniza todos que estão envolvidos no processo educacional, transformando a educação em um produto a ser vendido e que satisfaz o mercado de trabalho.

Humanização e desumanização, dentro da história, num contexto real, concreto, objetivo, são possibilidades dos homens como seres inconclusos e conscientes de sua inconclusão. Mas, se ambas são possibilidades, só a primeira nos parece ser o que chamamos de vocação dos homens. Vocação negada, mas também afirmada na própria negação. Vocação negada na injustiça, na exploração, na opressão, na violência dos opressores. Mas afirmada no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada. (FREIRE, 2020).

Nesse sentido, no ensaio escrito por Coimbra e Sousa (2017), os autores destacam a redução dos conteúdos cognitivos no processo formativo. Imersos na lógica neoliberal, as licenciaturas têm sofrido com diversas precarizações, como defasagens no currículo e estrutura física precária. Tal atual modelo de formação pode ser entendido como um enorme retrocesso, sendo urgente que nos mobilizemos para a mudança, em busca de uma educação que não seja reprodutora da estrutura desigual da sociedade.

Nesse sentido, os cursos formativos, imersos nos ideais do capitalismo, acabam não preparando os professores para atuar de forma crítica e consciente do contexto sociocultural o qual pertencem. Aqui, é possível estabelecer um diálogo com os conceitos de “educação bancária” e “educação problematizadora” propostos por Freire (2020).

Educação bancária, porque na medida em que os currículos pedagógicos tendem fortemente à prática e ao tecnicismo, o sentido de professor que apenas transmite conhecimentos prontos aos alunos (recipientes vazios e dóceis) é fortalecido. O processo de ensino-aprendizagem não é contextualizado, e o saber é visto como uma “doação”.

E educação problematizadora, porque a resistência dos oprimidos frente à dominação anseia por uma escola de professores e alunos que se apropriem e produzam conhecimento de forma crítica, capazes de mudar a realidade para uma condição social melhor e mais justa. Uma educação que se faz por meio da *práxis*, que é “reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo.” (FREIRE, 2020, p. 52).

Dessa forma, a formação docente proposta atualmente, segundo os moldes do mercado, “domestica” e inviabiliza a educação enquanto possibilidade de liberdade. Seguindo às demandas empresariais, os profissionais são formados de maneira acrítica, unicamente para o trabalho, e a educação passa a equivaler a uma ferramenta de dominação capitalista (COIMBRA; SOUSA, 2017).

Referente à (des)valorização da docência, a pesquisa feita por Araujo Junior (2018), nos mostra que a remuneração do professor de escola básica ainda é muito baixa, comparada a outros cargos profissionais com exigências de formação próximas ou semelhantes. O fator salarial, aliado à outras questões como a precariedade na infraestrutura escolar, a falta de materiais de trabalho e o desprestígio social e discriminação da escola pública reafirmados pela mídia acabam por desestimular tanto os jovens, como os que já estão na carreira docente.

Outro elemento constitutivo da baixa atratividade da profissão são as péssimas condições de trabalho dos professores, justificadas pela falta de uma boa infraestrutura escolar, baixos salários, desprestígio social da profissão, elevadas cargas horárias, entre outros problemas, inviabilizando a produção de conhecimento, e reafirmando a universidade como única responsável pelas atividades de pesquisa. É necessário investir em “[...] laboratórios, infraestruturas, materiais de apoio, qualificação e atualização constante do quadro docente (principalmente para aqueles que atuam nos cursos de licenciatura).” (ARAÚJO JUNIOR, 2018, p. 1163).

Visando superar esse atual cenário de formação docente, é necessário que haja maiores investimentos do Estado, a partir de políticas sérias de formação, que valorizem e considerem o profissional de educação como um verdadeiro produtor de conhecimento, em contraposição à racionalidade técnica (SLONSK; ROCHA; MAESTRELLI, 2017), instaurada pelas políticas neoliberais.

Para Felipe, Cunha e Brito (2021), é necessária uma formação que insira os professores em um contexto social para que consigam atuar frente à pluralidade presente no ambiente escolar. A pesquisa, por exemplo, é um elemento importantíssimo para que o professor se

apropriie da produção de conhecimento e desenvolva autonomia em sua prática pedagógica, superando o modelo estritamente tecnicista de profissional que reproduz saberes prontos, vindos da universidade.

“Formar para a autonomia é o que dará aos professores maiores instrumentos para lidar com a incerteza e com a novidade e com os problemas concretos das instituições educativas que, de tão complexos, escapam à simplificação de perfis profissionais.” (FELIPE; CUNHA; BRITO, 2021, p. 20).

Logo, a necessidade de enxergar o professor como produtor de conhecimento e dar condições, possibilidades para que assim, o faça; superando a precarização pedagógica, curricular, e estrutural dos cursos formativos, reflexo da falta de investimentos estatais e da interferência de organismos internacionais de viés neoliberal.

Ribeiro e Nunes (2018), em seu trabalho, fruto uma pesquisa documental e bibliográfica, defendem a consciência política como fator extremamente necessária à formação docente, se quisermos atingir a superação do modelo tecnicista e explorador.

Nesse entendimento, é preciso que o educador compreenda os interesses e embates políticos que atingem a educação, para que possam resistir ativamente aos retrocessos, propostos pelo Estado e organismos internacionais. “Da mesma forma que o capitalismo possui a capacidade sociometabólica de se reestruturar a cada nova crise que enfrenta, cabe aos docentes fortalecerem-se como profissionais da educação, tanto de modo individual no cotidiano do trabalho docente.” (RIBEIRO; NUNES, 2018, p. 68).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A violência dos opressores, que os faz também desumanizados, não instaura uma outra vocação — a do ser menos. Como distorção do ser mais, o ser menos leva os oprimidos, cedo ou tarde, a lutar contra quem os fez menos. E esta luta somente tem sentido quando os oprimidos, ao buscarem recuperar sua humanidade, que é uma forma de criá-la, não se sentem idealistamente opressores, nem se tornam, de fato, opressores dos opressores, mas restauradores da humanidade em ambos. E aí está a grande tarefa humanista e histórica dos oprimidos — libertar-se a si e aos opressores. (FREIRE, 2020, p. 41).

A formação de professores não é um fenômeno neutro, mas extremamente complexo, que sofre interferência política e ideológica a todo momento. Ao longo de sua história, percebemos que ela se mostra como uma arena de lutas, em que temos de um lado a demanda da sociedade do capital, e de outro a resistência dos que acreditam na *práxis* (FREIRE, 2020) para se libertarem da dominação.

Imersa em uma sociedade que hipervaloriza o lucro, a formação docente vem sofrendo, desde o século passado, enormes sucateamento e precarização. A fim de atender a demanda do mercado, professores são formados sob a lógica da racionalidade técnica (SLONSK; ROCHA; MAESTRELLI, 2017) e não são vistos como produtores de conhecimento. São também, por um lado, constantemente pressionados a buscarem por formação continuada e inovação, e por outro, sempre culpabilizados pelo fracasso escolar.

É urgente que nós, classe trabalhadora da educação, nos mobilizemos frente aos desmontes e retrocessos instaurados, tanto por um Estado omissivo à sua obrigação de garantir educação de qualidade para todos, como também pela interferência de organismos internacionais com forte ideologia neoliberal.

REFERÊNCIAS

ARAUJO JUNIOR, Aloysio Marthins. Formação inicial de professores de geografia, aspectos estruturais para permanência e atuação na escola básica. **Perspectiva: revista do centro de ciências da educação**, Florianópolis, v. 36, n. 4, p. 1149-1168, 19 dez. 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2018v36n4p1149>. Acesso em: 12 out. 2021.

BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Políticas de formação docente para a educação básica no Brasil: embates contemporâneos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 20 n. 62 jul.-set. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/6dBCYcmPwf9BM447tNpYpgR/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 10 out. 2021.

COIMBRA, Leonardo José Pinho; SOUSA, Ana Paula Ribeiro de. A educação escolar e a formação humana em tempos de neoliberalismo: reflexões sobre a formação do professor. **Revista Histedbr On-Line**, Campinas, v. 17, n. 3, p. 861-885, set. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8645853>. Acesso em: 12 out. 2021.

FELIPE, Eliana da Silva; CUNHA, Emmanuel Ribeiro; BRITO, Ana Rosa Peixoto de. O avanço do projeto neoliberal nas diretrizes para a formação de professores no Brasil. **Práxis Educacional**, [S.L.], v. 17, n. 46, p. 1-25, 1 jul. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/8920>. Acesso em: 12 out. 2021.

FLORENCIO, Lourdes Rafaella Santos; FIALHO, Lia Machado Fiuza; ALMEIDA, Nadja Rinelle Oliveira de. Política de formação de professores: a ingerência dos organismos internacionais no Brasil a partir da década de 1990. **Holos**, [S.L.], v. 5, n. 33, p. 303-312, 14 nov. 2017. Disponível em: <https://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/holos/article/view/5757>. Acesso em: 12 out. 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 73. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

RIBEIRO, Júlia Cecília de Oliveira Alves; NUNES, Cláudio Pinto. Formação de professores no contexto neoliberal. **Colloquium Humanarum**, Presidente Prudente, v. 15, n. 4, p. 57-71, 2018. Disponível em: <https://journal.unoeste.br/index.php/ch/article/view/2458>. Acesso em: 18 out. 2021.

SAVIANI, Dermeval. História da formação docente no Brasil: três momentos decisivos. **Revista Educação**, Santa Maria, RS, v. 30, n. 2, jul./dez., p. 11-26, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/3735>. Acesso em: 12 out. 2021.

SLONSKI Gladis Teresinha; ROCHA, André Luis Franco; MAESTRELLI, Sylvia Regina Pedrosa. A racionalidade técnica na ação pedagógica do professor. **XI Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências – XI ENPEC**. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC – 3 a 6 de julho de 2017. Disponível em: <http://www.abrapecnet.org.br/enpec/xi-enpec/anais/resumos/R1162-1.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

TANURI, Leonor Maria. História da formação de professores. *Revista Brasileira de Educação*: Rio de Janeiro, n. 14, mai-ago., p. 61-89, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/HsQ3sYP3nM8mSGSqVy8zLgS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2021.

VOSGERAU, *Dilmeire Sant'Anna Ramos*; ROMANOWSKI, *Joana Paulin*. Estudos de revisão: implicações conceituais e metodológicas. **Revista Diálogo Educacional**, [S.l.], v. 14, n. 41, p. 165-189, jul. 2014. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/2317>. Acesso em: 15 out. 2021.